

Representações sociais sobre os valores populares relacionados a uma unidade de conservação em área urbana no Sul do Brasil

Social representations on popular values related to an urban conservation unit in the South of Brazil

Anna Kelly **KRASSOTA**^{1,2}; Mariluci Neis **CARELLI**¹ & Maria Luiza **SCHWARZ**¹

RESUMO

Conservar o meio ambiente mediante implementação de unidades de conservação, ou seja, designar áreas que devem ser especialmente protegidas e como instrumento de gestão dos remanescentes florestais e do solo, é uma tendência mundial cada vez mais praticada. Para tal, é necessário recolher as representações sobre os anseios, as necessidades e os valores da população inserida nesses locais, que geralmente são bastante habitados. Nem sempre as comunidades que detêm essas áreas são incluídas nas decisões sobre as condições atuais e futuras das unidades de conservação. A implantação de unidades de conservação pode causar impactos socioculturais. Este artigo fez uma análise sobre os conhecimentos da comunidade do bairro Adhemar Garcia, vizinha ao Parque Natural Municipal Caieira, uma unidade de conservação de proteção integral na cidade de Joinville, SC. A metodologia utilizada foi apoiada em uma abordagem qualitativa, com alguns dados quantificáveis, em que, com o uso da vocação hierarquizada de palavras, a comunidade atribuiu valores por meio de suas representações sociais. Os valores identificados foram: “negativista”, “moralista”, “naturalista”, “estético”, “ecológico-científico”, “humanista”, “utilitarista” e “dominador”, demonstrando como a comunidade vê o Parque. Esses valores oferecem subsídios para que eles sejam reelaborados, por meio do envolvimento da comunidade com a unidade de conservação em questão.

Palavras-chave: Baía da Babitonga; Lagoa do Saguáçu; patrimônio natural.

ABSTRACT

Conserving the environment through the implementation of conservation units, that is, designating areas that should be specially protected and as an instrument for the management of forest and soil remnants, are increasingly worldwide practices. For this, it is necessary to gather the representations about the desires, needs and values of the population inserted in these places, which are generally quite inhabited. The communities that hold these areas are not always included in decisions about the current and future conditions of protected areas. The implantation of these can cause socio-cultural impacts. This article made an analysis about the knowledge of the neighborhood community *Adhemar Garcia*, near the *Caieira* Municipal Natural Park, an integral protection conservation unit in the city of Joinville, SC. The methodology used was supported by a qualitative approach, with some quantifiable data where, through the hierarchical vocation of words, the community attributed values through its social representations. The values identified were: “negativist”, “moralistic”, “naturalistic”, “aesthetic”, “ecological-scientific”, “humanist”, “utilitarian” and “dominator”, demonstrating how the community sees the Park. These values provide subsidies for them to be reworked, through community involvement with this conservation unit.

Keywords: Bay of *Babitonga*; natural heritage; *Saguáçu* lagoon.

Recebido em: 28 set. 2017
Aceito em: 27 out. 2017

¹ Universidade da Região de Joinville (Univille), Rua Paulo Malschitzki, n. 10 – Zona Industrial, CEP 89219-710, Joinville, SC, Brasil.

² Autor para correspondência: annakelly_@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 assegura a todos, em seu artigo 225, um “meio ambiente ecologicamente equilibrado” e impõe ao poder público o dever de defendê-lo e preservá-lo. Por meio dessa base constitucional, adotando as tendências mundiais, foi estabelecido no Brasil o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que instituiu bases legais para a criação, categorização, implantação, consolidação e gestão das chamadas Unidades de Conservação (UCs). Com base em objetivos preservacionistas, conservacionistas, educacionais, científicos e públicos – definidos pela Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000 (SILVA, 2010) –, esses espaços protegidos são constituídos pelo poder público para a proteção da fauna, flora, microrganismos, corpos d’água, solo, clima, paisagens e todos os processos ecológicos pertinentes aos ecossistemas naturais. A devastação acelerada dos ecossistemas florestais também ameaça um rico patrimônio histórico e diversas comunidades tradicionais, as quais constituem parte importante da identidade cultural do país (MMA, 2010). Assim, algumas categorias de UCs protegem também o patrimônio histórico-cultural (como é o caso do Parque Natural Caieira³) e as práticas e o modo de vida das populações tradicionais, permitindo o uso sustentável dos recursos naturais. Por esse motivo, proteger os biomas, nesse caso a mata atlântica⁴, é necessário e urgente, dependendo de ações e esforços integrados e coletivos, exigindo a mobilização da sociedade em sua defesa.

A unidade de conservação da natureza de proteção integral, denominada “Parque”, tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000; BENSUSAN & PRATES, 2014). Considerando a necessidade de preservar e proteger a história do município de Joinville e especialmente “conservar um dos últimos remanescentes do ambiente de manguezal e restinga junto ao perímetro urbano” (JOINVILLE, 2004a), criou-se, mediante o Decreto n.º 11.734, de 11 de março de 2004, a UC denominada Parque Natural Municipal Caieira, já cadastrada no SNUC⁵ (VIEIRA, 2010).

O Parque Natural Caieira (figura 1) é uma unidade de conservação de proteção integral, situada na região leste da cidade de Joinville (SC), às margens da Lagoa do Saguau, numa região estuarina onde predomina a ocorrência dos ecossistemas de manguezal e restinga. O Parque também abriga vestígios da ocupação humana pré-colonial nesse ambiente, materializados em um sambaqui, conhecido como sambaqui Lagoa do Saguau, e nas oficinas líticas Lagoa do Saguau e Caieira. Esse sambaqui, como tantos outros na região da Baía da Babitonga, foi explorado como jazida natural de conchas, utilizadas para a fabricação da cal a partir de sua queima em indústrias rudimentares conhecidas como “caieiras”.



Figura 1 – Croqui identificando o Parque Natural Caieira (em azul), na Lagoa do Saguau e no bairro Adhemar Garcia, em Joinville, SC.

³ Denomina-se oficialmente Parque Natural Municipal Caieira (JOINVILLE, 2004a).

⁴ Patrimônio Nacional (BRASIL, 1988).

⁵ Conforme consulta realizada no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>. Acesso em: 12 dez. 2016.

Embora a prática do fabrico da cal a partir das conchas dos sambaquis da região tenha causado perdas inestimáveis ao patrimônio arqueológico pré-colonial, dois fornos restantes de tal atividade – entre outras estruturas associadas à Caieira Lagoa do Saguaçu – ainda fazem parte do patrimônio arqueológico do Parque Natural Caieira. Sambaqui, oficinas líticas e fornos estão igualmente dentro das legislações de proteção ao patrimônio arqueológico. Por esse motivo, além da criação da UC para proteger os remanescentes de manguezal e restinga de Joinville, o Parque abriga parte de uma história diversa, motivo que levou ao seu tombamento municipal, no mesmo ano de sua criação, em 2004⁶.

A conservação da biodiversidade *in situ*, por meio da criação e implementação de UC, é uma ferramenta indispensável para que o país consiga cumprir os compromissos constitucionais internos e os diversos acordos internacionais firmados em prol da biodiversidade (SCHIAVETTI *et al.*, 2012). Além do mais, é primordial para a preservação dos bens naturais a minimização dos problemas oriundos da urbanização e da industrialização, para a promoção da qualidade de vida da sociedade (FRANÇA, 2016). A rápida extinção de espécies e a destruição dos ecossistemas tropicais são exemplos que justificam o aumento da criação de UCs pelo mundo (DIEGUES, 2008; DELPHIM, 2009; BENSUSAN & PRATES, 2014), ainda que a implementação de tal ferramenta enfrente inúmeros desafios. O Brasil conta historicamente com limitações de recursos humanos e financeiros para criação e gestão das UCs no território nacional (ROCHA *et al.*, 2010).

Mesmo assim, o estabelecimento de espaços especialmente protegidos é o principal instrumento para a conservação da biodiversidade. Essas áreas existem em inúmeros países do mundo e cobrem cerca de 15% das terras do planeta, e 10% das suas águas territoriais são cobertas pelos parques nacionais e outras áreas de proteção. A cobertura das águas marinhas protegidas aumentou mais de 300% no decorrer dos últimos anos, entretanto ainda não é suficiente, de acordo com a International Union for Conservation of Nature (IUCN, 2016). Observa-se, até mesmo no caso do Parque Natural Caieira, que o processo de implantação efetiva, que envolveria as consequentes responsabilidades política, legal e financeira na conservação e no manejo da UC, não avança. A eficiência da gestão das áreas de proteção depende da compreensão do contexto social (IRVING, 2012).

Outro problema relacionado à implantação de UCs é a maneira com a qual essas áreas, nem sempre bem protegidas, foram e ainda são estabelecidas, “fortemente inspirada nos moldes norteamericanos do Parque Nacional de Yellowstone, procurando privilegiar critérios de excepcional beleza cênica e paisagística” (DELPHIM, 2009, p. 167), onde comunidades locais são desalojadas, muitas vezes as restrições de uso se dão sem explicações e compensações e os gestores não levam em conta os conflitos sociais e culturais que ocorrem com a criação das UCs (BENSUSAN & PRATES, 2014).

Um ponto importante a ser verificado se refere aos “parques de papel”, em que existe mais vontade política para a criação dos parques do que para sua gestão (DOUROJEANNI & PÁDUA, 2013). Ou seja, muitas UCs foram criadas nos gabinetes oficiais, sem conhecimento ou análise das condições ecológicas e sociais locais (SILVA & SOUZA, 2013).

O Parque Natural Caieira pode ser considerado um “parque de papel”, por haver muitas falhas na sua gestão e manutenção. Passados 13 anos desde a sua criação, além dos problemas que envolvem o abandono e a falta de manutenção das estruturas e do terreno do Parque pela gestão municipal, faltam-lhe o plano de manejo, o conselho consultivo e o estabelecimento e gestão da zona de amortecimento, que são instrumentos norteadores da efetividade da UC. A proteção dos ecossistemas naturais vai além da demarcação do território e da indicação de que é uma área “protegida”, pois se criam problemas de relacionamento entre essas áreas e as pessoas diretamente atingidas pela sua implantação ao impor uma fragmentação do espaço e mudanças na forma de seu uso, cujos propósitos são mal compreendidos pelo senso comum (SILVA & SOUZA, 2013).

A IUCN realizou em abril de 2016 um recenseamento em que relata a existência de 17.155 áreas de proteção em 244 países e territórios; 202.467 são áreas territoriais e 14.688 são áreas marinhas. Um dos principais problemas ligados às áreas de proteção se refere ao fato de que estão,

⁶ Decreto n.º 11.760, de 18 de março de 2004 (JOINVILLE, 2004b).

na maioria das vezes, localizadas em territórios habitados e solicitados pelas comunidades locais que utilizam esses espaços para múltiplas atividades (DESROCHERS, 2013; DESROCHERS *et al.*, 2014). Território é a relação que existe entre uma determinada população e o espaço onde ela vive, se desenvolve (HAESBAERT, 2011).

Em muitos países como Canadá, Estados Unidos, Inglaterra, França, Holanda, Suécia, Finlândia, Alemanha, Nova Zelândia, Dinamarca, Austrália, quando se quer implementar um parque ou legalizar uma obra pública, faz-se a consulta da população para verificar os impactos sociais e até mesmo psicossociais que o procedimento poderá trazer aos moradores de seu entorno e, muitas vezes, além dele. Os levantamentos dos problemas são geralmente feitos mediante estudos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), que está inserida na legislação desses países (GAUTHIER & SIMARD, 2011). Na maioria das vezes, as enquetes ou entrevistas são aplicadas numa forma passiva de participação e sem o conhecimento dos resultados das pesquisas (ANDRÉ *et al.*, 1999). Geralmente esses estudos são realizados dentro das universidades e solicitados por gestores governamentais. No Brasil, a inserção da participação social em metodologias de AAE está entre as prioridades da gestão ambiental atual, apesar de ainda não estar prevista na legislação. Também existe uma certa carência de reflexões que a tratem como assunto de destaque na execução de avaliações ambientais (COSTA *et al.*, 2009). A AAE pouco avança no país, segundo Sanches (2017). Apesar disso, são inúmeros os pesquisadores que se interessam pelos impactos psicossociais causados pelas implantações de obras públicas, como no caso das usinas hidrelétricas (PRATES, 2011), ou de parques que são inseridos em áreas urbanas (SCHOEN & POVALUK, 2012) e que muitas vezes já foram institucionalizados, sem a busca da participação e dos verdadeiros anseios dos atores locais envolvidos antes da realização das obras.

As representações sociais analisam e podem explorar as interações, as posições, os anseios dos grupos sociais para com o seu ambiente. Essas interações são plenas de valores e sentimentos, visto que toda representação é um processo criativo no qual o indivíduo precisa resgatar informações armazenadas por meio das experiências vividas (SCHWARZ, 2007). Segundo Abric (2003), uma representação social é constituída de atitudes a respeito de um determinado objeto. As representações são cognitivas e podem evocar um objeto mesmo que ele não esteja presente, ou mesmo que não possua uma certa materialidade. De acordo com Kellert (2004), pessoas que residem próximo aos parques possuem valores mais aprofundados sobre eles.

As representações sociais são consideradas guias para ação, pois carregam consigo as marcas das trajetórias, valores e interesses da comunidade chamada a interagir acerca de um objeto comum, apresentando suas divergências e contribuindo para que as atitudes e disposições em relação ao objeto sejam reelaboradas (FLEURY & ALMEIDA, 2009). “Pode-se considerar que as representações sociais exercem um papel de mediação entre os grupos sociais” (FLEURY & ALMEIDA, 2009, p. 360), em que os sentidos do objeto de pesquisa são dados “pelos próprios atores, dentro do contexto social em que vivem”.

A literatura científica ainda é escassa no que tange aos estudos das relações entre comunidades que vivem dentro e no entorno de UCs, utilizando as representações sociais construídas a partir das relações da comunidade quanto ao seu ambiente de vida. O sucesso da implementação de áreas protegidas está diretamente relacionado com o respeito aos aspectos sociais, econômicos, históricos e culturais nos quais as populações estão inseridas, revelando se a comunidade do bairro do entorno recebeu informações sobre o Parque ou foi consultada ou chamada para interagir e opinar sobre a sua criação. Como exemplo dessa situação, há o fato de a população do entorno ter sido informada a respeito do Parque Natural Caieira em 2001, por intermédio do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, embora o projeto inicial do Parque tenha sido divulgado no ano 2000 (KRASSOTA, 2017).

A tipologia de valores elaborada por Stephen Kellert (2004) é derivada do seu estudo sobre a importância do contato afetivo com animais na infância, realizado em 1976 quando criou as “tipologias de atitudes para com os animais”, que posteriormente passou a denominar “tipologia de valores” (KELLERT, 1993), após se basear na noção de biofilia e na necessidade biológica do ser humano de estar em contato com a natureza. Essa tipologia é aceita e identificada como universal e já foi usada em outros trabalhos (SCHWARZ, 2007; GIRELLI, 2016) que visaram estudar as

representações sociais na área ambiental em Joinville. Para Kellert (1993), as pessoas necessitam da natureza, numa ligação que extrapola a exploração dos recursos naturais, em que o mundo natural influencia o mundo emocional, cognitivo, estético e espiritual humano.

A metodologia da evocação hierarquizada vai ao encontro do campo representacional e, por meio da frequência e da importância dadas a determinadas palavras, possibilita formular hipóteses de centralidade para tais representações (LO MONACO & LHEUREUX, 2007 *apud* GIRELLI, 2016).

Consideramos que “as palavras recebem a tarefa e o poder de representar o pensamento, [...] a linguagem representa o pensamento como o pensamento representa a si mesmo” (FOUCAULT, 1992, p. 93). No entendimento de Farias (2007, p. 29), representar a si mesmo, no que se refere ao estudo das representações sociais, “[...] vem carregado de um conhecimento individual, do centro da personalidade, que expressa através da linguagem” e “[...] demonstra a cultura, o senso comum, o saber popular e o conhecimento cotidiano”.

Partindo dessas premissas, as perguntas que norteiam o presente estudo são: Como os moradores do entorno do Parque Caieiras reconhecem o Parque e quais são os valores (segundo a tipologia de valores de Kellert) sobre essa área de preservação ambiental? Esses valores refletem o estado de conservação do Parque?

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa qualitativa com dados quantificáveis foi efetuada com a formulação e a aplicação de 152 questionários⁷, aleatoriamente entre o gênero feminino (N=102) e masculino (N=50). A quantidade de questionários a serem aplicados foi estabelecida estatisticamente a partir do número de habitantes do bairro Adhemar Garcia⁸ e das características do questionário, estabelecendo-se uma amostragem representativa da população, admitindo-se um erro de 4% num intervalo de 95,5% de confiança, conforme Levin & Fox (2012). Os participantes foram interpelados durante entrevistas realizadas no bairro Adhemar Garcia, onde pessoas foram abordadas aleatoriamente nos ônibus, nas ruas, em estabelecimentos comerciais, em escolas e em Centros de Educação Infantil (CEIs), ou seja, em locais onde se reuniam pessoas.

Mediante evocação hierarquizada de palavras, buscou-se entender os valores que os moradores do bairro atribuem ao Parque Natural Caieira, considerando as nove categorias apresentadas por Kellert (2004). Esse autor classificou os valores da seguinte forma: I) negativista: sentimentos de aversão, medo e antipatia para vários aspectos referentes ao mundo natural; II) moralista: a natureza como fonte de inspiração moral e espiritual, compromisso mútuo, bondade, visto que a boa vontade em proteger a natureza deriva das tendências destrutivas morais e éticas; III) naturalista: satisfação derivada do contato direto com a natureza, que engloba uma sensação de fascínio, admiração e temor; IV) estética: possibilita que as pessoas possam discernir a unidade e a ordem de determinados recursos naturais e as expressões estéticas que estes inspiram e instruem; V) ecológico-científica: o conhecimento e a compreensão obtidos a partir das atividades intelectuais; VI) humanista: a valorização da natureza como fonte para ligação emocional e apego (inclusive com as demais espécies), por uma forte atração por certas plantas e paisagens, incluindo expressões de afeto; VII) utilitarista: no sentido convencional de vantagem material e comercial, que resulta no ato de exploração da natureza para a alimentação, medicação, vestimentas e ferramentas; VIII) dominadora: subjugar e dominar a natureza, domínio do desconhecido no sentido de aventura e superação; IX) simbólica: o mundo natural constitui uma fonte indispensável para o desenvolvimento de nossa capacidade humana de comunicação e pensamento (KELLERT, 2004).

⁷ Previamente aprovada pelo Comitê de Ética na Pesquisa da Universidade da Região de Joinville – Univille (Número do Parecer: 1.378.276).

⁸ A definição do número de questionários foi determinada pelo número de habitantes do bairro Adhemar Garcia, considerando o censo de 2015 realizado pelo Ippuj, com total de 9.986 habitantes (JOINVILLE, 2015).

Os participantes responderam à questão: *Defina, em três palavras, tudo que lhe vem em mente quando falamos no Parque e explique.* As palavras parecidas (com significados e justificativas semelhantes) foram agrupadas para a categorização dos valores e posterior discussão.

A sistematização dos dados foi feita por meio de planilha Excel; a classificação e a análise foram realizadas no programa estatístico da IBM, o Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Geraram-se gráficos e tabelas para as RS.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As dez primeiras palavras mais citadas foram: 1) natureza; 2) abandono; 3) lazer; 4) descaso; 5) vandalismo; 6) manguezal; 7) beleza; 8) histórico; 9) insegurança; 10) animais (figura 2).

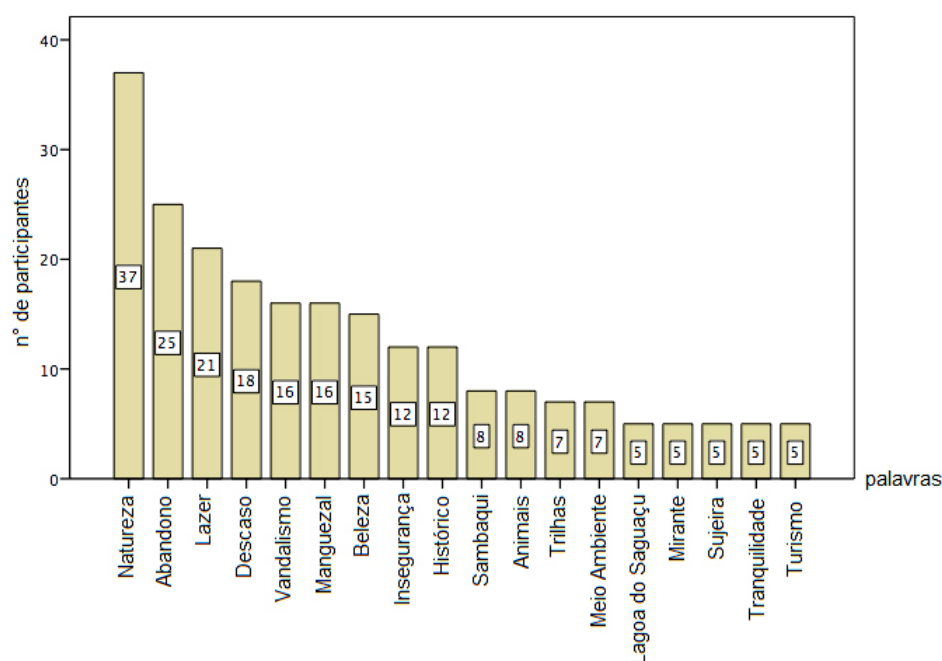


Figura 2 – As palavras que remetem ao Parque Natural Caieira segundo as representações dos moradores do Bairro Adhemar Garcia, Joinville, 2017.

Chiesura (2004) objetivou investigar os valores intangíveis e os benefícios imateriais dos parques urbanos nas cidades de Amsterdã (Países Baixos), Paris (França) e Sevilha (Espanha), mediante a aplicação aleatória de questionários entre os frequentadores dos parques. A pesquisa buscava dados sobre: a) o motivo que levam as pessoas visitar a natureza; b) a dimensão emocional envolvida na experiência (contato com a natureza em parques); c) a satisfação das pessoas com o número de áreas verdes em suas cidades (CHIESURA, 2004). As respostas obtidas incluíram: “[...] para o esporte, para conhecer outras pessoas, para brincar com as crianças, para passear com o cachorro, para ouvir e observar a natureza, para contemplar e meditar, para obter inspiração artística, etc.” (CHIESURA, 2004, p. 132). Os motivos mais citados foram: “para relaxar”, “para escapar do ritmo estressante das cidades e da rotina da vida cotidiana”, “para experimentar o silêncio”, “a beleza das paisagens” e “conhecer pessoas novas”. Os benefícios atribuídos a essas experiências no estudo mencionado foram: restauração, para “recarregar as energias”, amenidade, “uma pausa do agito da cidade”, espiritualidade, “somos um com a natureza”. Quanto aos sentimentos experimentados pelas pessoas na experiência de contato com a natureza nos parques, as respostas englobaram: “liberdade”, de “unidade/harmonia com a natureza”, “felicidade”, “aventura”, de “sentir-se pequeno na grande natureza” e de “bem-estar” (CHIESURA, 2004). Em suma, o estudo indicou que as pessoas se sentem muito bem em contato com a natureza e que os parques situados no domínio urbano são considerados “oásis” de tranquilidade e beleza.

Os dados obtidos no presente estudo se aproximam dos estudos de Chiesura (2004), em que a busca de tranquilidade, do silêncio em contato com a natureza foi primeiramente representada (N=37, figura 2). Os espaços verdes são lugares de descontração e de recreação (DA CUNHA, 2009; LONG & TONINI, 2012) e foram também citados no presente estudo; a palavra lazer foi a terceira palavra mais citada pelos moradores do entorno ao Parque. De acordo com Long & Tonini (2012), os parques urbanos desempenham um papel muito importante, por deixar a cidade mais agradável para viver, e a presença de elementos naturais contribui para a qualidade de vida, resultando em muitos benefícios, tais como as funções sociais, econômicas, ambientais e para a saúde física e psicológica de seus frequentadores.

Para Pimentel (2008, p. 67), “a percepção do meio ambiente acontece pela interação dos estímulos sensoriais e a estruturação cognitiva da informação”, “engloba o aparato físico dos sentidos e o olhar subjetivo da mente”, ou seja, “a percepção é a maneira como olhamos o mundo e os valores são projetados sobre ele” (KELLERT, 1996 *apud* SCHWARZ, 2007). Assim, o valor “naturalista” está relacionado à satisfação pelo contato direto com a natureza, e a comunidade do bairro Adhemar Garcia atribuiu ao Parque esse valor por “ser um lugar maravilhoso, para curtir e descansar”, “lugar de muitas árvores, plantas e ar puro”, “um ambiente agradável”, “tranquilo”. Quer dizer, a comunidade relaciona o Parque a um lugar aprazível, fato proporcionado pelo contato com a natureza.

As áreas verdes urbanas, especificamente os parques, surgem como “espaços de natureza” (GOMES, 2010). Para Lefebvre (2006, p. 116), o direito à natureza “[...] entrou para a prática social há alguns anos em favor dos lazers”, fato que o autor atribui à necessidade de espaços verdes nas cidades, desencadeada pelo padrão da produção e de vida urbanos.

Inúmeras pesquisas antropológicas, culturais, históricas e ambientais desenvolvidas nas últimas décadas vêm evidenciando que a “natureza” não é tão natural como parece (DIEGUES, 2008; BENSUSAN & PRATES, 2014) no que diz respeito ao “mito da natureza intocada” (DIEGUES, 2008), em que o homem não é considerado parte dela. As regiões naturais podem corresponder a áreas extensivamente manipuladas pelas atividades humanas. Nas belas paisagens há frequentemente evidências arqueológicas de sítios onde o homem viveu, morou e erigiu sua cultura (DELPHIN, 2009). Por vezes, a paisagem é a única forma, único testemunho e meio de transmissão de uma cultura, sobretudo das desaparecidas (DELPHIN, 2009). O homem pré-colonial sentiu a mesma emoção estética, diante de uma paisagem natural excepcional, do que aquela experimentada pelo homem moderno, estabelecendo-se assim valores que constituem a herança de uma sociedade (SCHWARZ, 2007; DELPHIM, 2009). Valores físicos e materiais (tais como clima, água, solos, fauna, flora) ou imateriais (como a fruição da beleza, o respeito e a adoração pelos elementos naturais) são permanentes (DELPHIM, 2009), ou seja, são compartilhados entre humanos e nas relações humanas. Para as representações sociais, o social é coletivamente edificado e o ser humano é construído por meio do social (FARIAS, 2007). Por isso, “a importância da proteção ao patrimônio não está apenas na consideração material e na valorização econômica dos recursos naturais, mas também na relevância cultural dos processos adaptativos dos grupos sociais ao seu meio ambiente” (XAVIER, 2002, p. 235).

Portanto a necessidade de se conhecer os aspectos coletivos destes valores é importante para podermos ver como este espaço está sendo organizado sócio culturalmente, identificando os lugares mais e menos valorizados pela população, podendo assim propor melhorias para a conservação destes (SCHWARZ, 2007, p. 47).

Os valores expressos pela população estudada foram agrupados segundo as categorias de Kellert (figura 3).

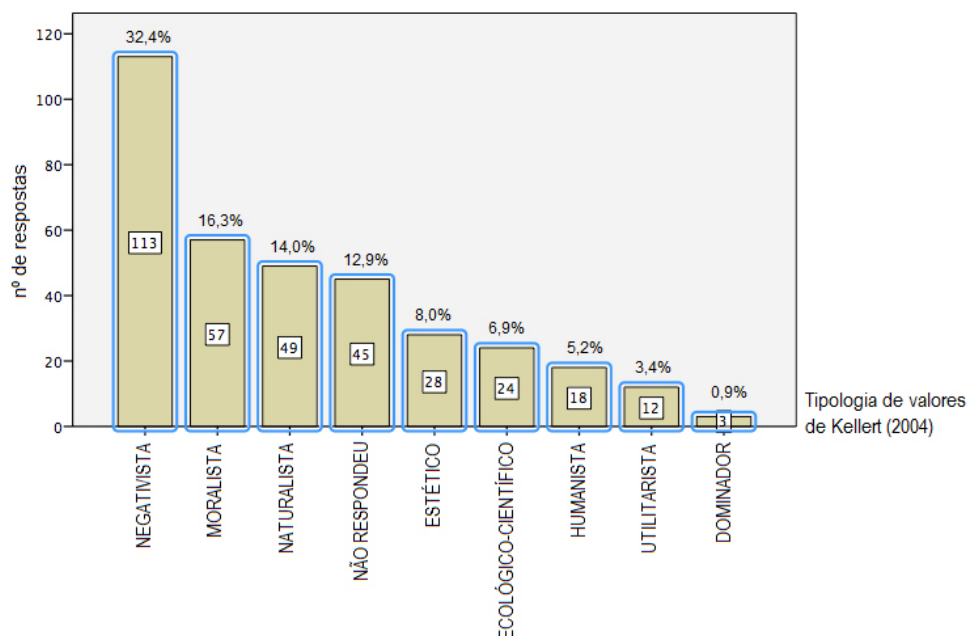


Figura 3 – Valores de Kellert (2004) atribuídos ao Parque Natural Caieira pela comunidade do bairro Adhemar Garcia, Joinville, 2017.

As representações negativistas são as mais representativas (figura 3). Os valores negativistas, expressados por palavras como “abandono” e “descaso”, foram intensamente citados e se referem “à falta de manutenção das estruturas e de atenção dos órgãos públicos”, “à constante interdição do parque”, “à falta de guardas/segurança”, “à poluição da Lagoa do Saguau” e à aparência “abandonada” do Parque, sendo as principais justificativas que os participantes atribuíram ao valor “negativista” de Kellert (2004). Vale destacar que o valor “negativista” ao qual a comunidade se referiu está mais relacionado às questões administrativas e políticas do que ao Parque em si.

Long & Tonini (2012), em pesquisas realizadas na França, no parque *des Capucins d’Angers*, no parque *du Grand Blottereau*, nos jardins *de l’Île de Nantes* e nos *bords de l’Erdre*, também de Nantes, quase não observaram valores negativos em relação aos parques ou espaços verdes em questão. Somente 1% das pessoas qualificou esses espaços como estressantes e tristes. Eles sugerem que essas pessoas podem não gostar desses contatos ou não visitam os locais. As palavras “abandono” (N=25) e “descaso” (N=18) aparecem nas representações da comunidade (figura 2) e também sugerem que esses problemas estão relacionados à administração dos parques.

Interpretar o Parque Natural Caieira do ponto de vista “negativista” não é difícil. Desde a sua criação e ao longo dos seus 13 anos, o governo municipal não interferiu ou buscou melhorias para torná-lo atrativo. Algumas respostas dos entrevistados relacionam o Parque ao sentimento de vergonha, demonstrando aversão à situação em que ele se encontra. Na pesquisa de Pimentel (2008), no Parque Estadual da Serra da Tiririca, os moradores e visitantes o veem de maneira negativista, pelos mesmos motivos que levam a comunidade do bairro Adhemar Garcia a ter essa visão do Parque Natural Caieira, ou seja, a má administração. Na pesquisa de Schwarz (2007), o valor negativista foi verificado por meio da não escolha do ecossistema de mangue para representar a biodiversidade de mata atlântica, já que o manguezal, por causa de seu odor e aparência característicos, recebe má fama por ser “sujo” e “fétido”. Já na pesquisa de Girelli (2016), que estudou as representações sociais dos moradores do bairro Espinheiros em Joinville sobre o manguezal, o valor “negativista” teve relação com a poluição dos mangues, ou seja, esse valor não foi atribuído ao manguezal em si, mas aos problemas enfrentados pelo ecossistema decorrentes das ações humanas. Os entrevistados de Girelli (2016) vivem da pesca e conhecem muito bem tal ecossistema, diferentemente das crianças participantes da pesquisa de Schwarz (2007). O valor “negativista” observado no presente trabalho tem relação com o Parque físico, em mau estado; trata-se de um reflexo da situação em que se encontra.

Embora esteja nessas condições, muitos participantes atribuem ao Parque justificativas que foram categorizadas no valor “moralista”, tais como “devemos preservar a história de um povo”, “preservar o meio ambiente”, “preservar a história da cidade”, ideias relacionadas ao “direito da comunidade de preservar a própria história, em um ambiente natural” para “compreender a responsabilidade que temos com um bem comum”. A maior referência ao Parque, a partir do valor “moralista”, é ao direito de preservar a própria história e o meio ambiente. Na pesquisa de Girelli (2016), sobre o mesmo ecossistema, o valor “moralista” foi relacionado ao mangue como área de “preservação”, demonstrando uma relação ética com a natureza, de preservação e cuidado, o que se explica pelo fato de alguns dos entrevistados serem pescadores e dependerem desse ecossistema para o sustento de sua vida e de seus familiares.

No presente estudo, o valor “naturalista” foi mais bem representado no gênero feminino entre 18 e 30 anos e no masculino entre 31 e 40 anos. Segundo Kellert (2004), o valor é predominante entre os mais jovens. Pela satisfação de estar em contato direto com a natureza, é despertada a sensação de admiração pelo Parque, sobretudo em relação aos ecossistemas naturais e à história do local.

Outro valor atribuído ao Parque e que está relacionado à admiração da beleza cênica é o estético. Segund Luchiari (2007), a paisagem é uma elaboração humana, cultural, uma forma pela qual se vê o mundo, resultado da produção social e da determinação natural. A paisagem solicita o significado atribuído pelos sujeitos, assim como os valores de diferentes olhares, tais como o olhar do nativo, do estrangeiro, do turista, do artista, o olhar romântico, entre outros. Vários sujeitos podem visitar o Parque Natural Caieira e “olhá-lo” a seu modo. No presente estudo analisou-se o olhar da comunidade do bairro Adhemar Garcia, ou seja, representações de quem convive diretamente com tal ecossistema. Para a comunidade do bairro, o valor estético está relacionado à “apreciação estética da natureza”, a “um lugar de muito verde para apreciar”, “lugar de beleza única” para contemplação. Esse valor é mais representativo nas respostas das mulheres (5,7%) que nas dos homens. De acordo com Pimentel (2008), o valor estético de um lugar ou de uma paisagem é o olhar superficial do visitante. Para Schwarz (2007, p. 145), “um maior conhecimento sobre a gestão visual, ou seja, um estudo sobre os valores estéticos e visuais que evocam essas paisagens seria necessário para a preservação dos valores cênicos ou visuais” dos lugares. Schwarz (2007) verificou também que as meninas reconhecem mais valores estéticos que os meninos, possivelmente pela condição social a qual estão submetidas, em que os gêneros possuem papéis distintos.

Estudar o Parque, interessar-se pela sua formação, constituição, pesquisar os animais que o compõem é um valor ecológico-científico segundo a tipologia de Kellert, também verificado nas respostas dos entrevistados. O valor “ecológico-científico” teve considerável representatividade na comunidade do bairro Adhemar Garcia (N=24), pois a comunidade reconhece o Parque como “um lugar onde as espécies se reproduzem”, “onde é possível avistar animais nativos da região”, que “concentra grande biodiversidade” e como um “ecossistema de manguezal que alaga”. Os valores ecológico-científicos são menos comuns (SCHWARZ, 2007). É importante ampliar o conhecimento sobre as dinâmicas e a biodiversidade dos ecossistemas de manguezal e restinga para elaborar valores mais ecológicos, científicos e humanistas (SCHWARZ, 2007). Girelli (2016) identificou, no discurso dos seus entrevistados, o valor ecológico-científico atrelado ao valor estético, em que o participante, alegando a beleza da paisagem, reconheceu alguns elementos ecológicos do manguezal. Schwarz (2007, p. 211) ressalta que países com grande biodiversidade, como o Brasil, têm dificuldade em conhecer partes relevantes da biota, destacando seus aspectos ecológicos, pois as pessoas estão em um ambiente biodiverso, “portanto, acham que sempre será assim, independente de sua atitude ou ação sobre o meio”.

O valor humanista revelou-se mediante o forte apego “às árvores e aos animais”, principalmente quando os entrevistados evidenciavam “o som dos pássaros do Parque”, demonstrando as ligações por intermédio de justificativas nostálgicas ligadas a visitas ao Parque, tais como “meu pai me levava lá para brincar”. Dessas respostas depreende-se a importância das visitas ao Parque para gerar esse valor.

No que diz respeito ao valor “utilitarista”, que corresponde à natureza para usufruto humano, exploração prática e material, as justificativas estão relacionadas à exploração turística, uma vez

que “gera rentabilidade para o bairro”, “local destinado à indústria de cal”, lugar que “divulga a cidade” e um lugar que guarda as “riquezas naturais”. Na pesquisa de Girelli (2016), o manguezal foi representado como um lugar que garante a sobrevivência das espécies marinhas e do homem, por gerar renda para os pescadores.

No que se refere ao valor “dominador”, verificou-se pouca representatividade. Nessa categoria o Parque foi representado como “um lugar para se aventurar”, “fazer exercícios” e “trilhas na natureza”, remetendo à superação pessoal. Girelli (2016) não obteve esse valor nas representações sobre o manguezal no bairro Espinheiros.

O valor “simbólico” não foi verificado no presente estudo.

As UCs são um modelo de conservação da natureza calcado na vertente do pensamento da Biologia da Conservação, dominado pela Ecologia. As categorias de UCs no Brasil variam entre proteção integral e uso sustentável. A categoria “Parque”, no Brasil e em muitos lugares do mundo, está relacionada “à proteção de amplos espaços naturais, de grandes belezas cênicas capazes de assegurar a continuidade dos processos biológicos sem a interferência humana” (GODOY, 2000, p. 129), ou seja, o humano é apenas um visitante dentro das restrições estabelecidas. Para Berkes (2004), a inclusão da variável humana nos ecossistemas é importante, pois os problemas da conservação têm caráter socioeconômico. Observa-se que a gestão de uma UC se torna mais eficiente quando há o envolvimento das comunidades locais (DOUROJEANNI & PÁDUA, 2013; BENSUSAN & PRATES, 2014). Apesar de representar uma medida importante, estabelecer áreas legalmente protegidas por meio da legislação e da aquisição de terras, por si só, não assegura a preservação ambiental (PRIMACK & RODRIGUES, 2001).

No Parque Natural Caieira, a mídia teve papel crucial na divulgação do projeto, gerando antecipações e expectativas nos municípios, especialmente na comunidade do bairro Adhemar Garcia, carente de áreas de lazer na época e que recebeu o Parque para usufruto. Segundo Sá (1998, p. 43), “reserva-se, aos meios de comunicação de massa, um papel destacado na compreensão dos processos de formação e circulação das representações sociais nas sociedades contemporâneas”, tendo em vista que “os meios de comunicação não só restituem a presença e dão existência ao acontecimento, mas também orientam a forma como o vemos” (DIAS, 2016, p. 104).

O elevado estado de deterioração das estruturas físicas do Parque, que foram construídas justamente para afirmar a existência do Parque Natural Caieira, influenciou os valores que a comunidade lhe atribuiu. “Os valores são formados pelo processo social do diálogo sob um prisma histórico, cultural e geográfico” (PIMENTEL, 2008, p. 67). Isso determina como as pessoas veem a natureza, no caso, o Parque. Para Zanirato (2009), o reconhecimento do pertencimento coletivo é, pois, um passo decisivo para a efetividade da proteção patrimonial, que se concretiza no envolvimento das comunidades que detêm os bens, num processo que inclui a identificação, a conservação, o estudo e a difusão destes.

Existem algumas possibilidades de mudar o cenário, no que diz respeito aos usos sociais do patrimônio, como a capacitação das pessoas para participar das decisões sobre o Parque, a participação da sociedade em conselhos deliberativos e na gestão compartilhada do patrimônio cultural e natural e, por fim, a educação patrimonial e ambiental como “meio para a identificação social com os símbolos que expressam as memórias e as histórias vividas, e com a natureza e seus recursos” (ZANIRATO, 2009, p. 139). Para Haesbaert (2011), a apropriação é um processo simbólico de poder, no sentido mais implícito, em virtude do fato de carregar marcas do “vivido” e do valor de uso.

Canclini (1997, p. 59), no que diz respeito ao patrimônio, afirma que este “expressa a solidariedade que une aqueles que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identificam”, e a sobrevivência desse legado “só pode ser assegurada se a necessidade de sua proteção for compreendida pela população”. Essa reflexão sugere que há indícios da falta de envolvimento da comunidade com o Parque ou de falhas na difusão (e continuidade) da sua importância.

Desrochers *et al.* (2014) sustentam a importância de reconhecer a relevância e a aceitabilidade social na eficácia da aplicação de um plano de gestão, em que se podem perceber as posições diversificadas e mesmo divergentes dos diferentes atores em função do contexto ambiental, sociocultural, econômico e político. Por essa razão é importante compreender os diferentes pontos

de vista da comunidade, a fim de avaliar os planos de gestão pelos indicadores, adaptados ao contexto local do território. A integração das representações sociais nesse aspecto de gestão do meio ambiente tem sido utilizada para a finalidade de oferecer informações da comunidade, em seu ambiente de vida no momento presente (DESROCHERS, 2013; DESROCHERS *et al.*, 2014). No caso em apreço, isso significa dizer, mediante as práticas sociais e das experiências da comunidade no seu ambiente de vida, que utilizar-se de suas representações sociais aí construídas constitui uma forma de oferecer informações para pensar na gestão e em projetos a serem desenvolvidos no Parque Natural Caieira com e na comunidade do bairro Adhemar Garcia futuramente. As representações sociais permitem o conhecimento do conjunto de ideias da comunidade que vive no entorno da UC, trazendo novos instrumentos para subsidiar interferências que possam ser praticadas pela gestão pública e utilizadas pela comunidade, de modo que incorporem o diálogo entre os saberes técnicos e científicos e os saberes das práticas dos atores sociais (FARIAS, 2007).

As categorias de Kellert possuem importância e têm universalidade de aplicação, pois permitem entender os valores atribuídos, o que é necessário para reconciliá-los e mudá-los, fato essencial para a conservação da biodiversidade e do Parque. Tal reelaboração pode se dar pela educação, alterando positivamente o modo de “olhar” o Parque Natural Caieira. Os valores são formados pelo processo social do diálogo sob um prisma histórico, cultural e geográfico. Quanto mais a comunidade interagir com o Parque, mais novos valores surgirão e isso vai determinar como as pessoas o veem. Essa é considerada a contribuição mais valiosa das representações sociais nos estudos das dinâmicas socioambientais.

O sucesso da implantação de uma UC está relacionado ao respeito dos aspectos sociais, econômicos, históricos e culturais das populações do entorno e pela compreensão dos propósitos da UC pelo senso comum. Haja vista que a frequência com que a comunidade visita o Parque é baixíssima (KRASSOTA, 2017), faz-se necessário que surjam ações da Secretaria do Meio Ambiente (Sema) e da Prefeitura de Joinville para que o Parque volte a ser atrativo e a comunidade do bairro Adhemar Garcia torne a frequentá-lo.

REFERÊNCIAS

- Abric, Jean Claude. A abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. In: Campos, Pedro Humberto Faria & Marcos Corrêa da Silva Loureiro. Representações sociais e práticas educativas. Goiânia: Ed. UCG; 2003. p. 37-57.
- André, Pierre; Jean-Pierre Revéret & Abdoulaye Sène. L'évaluation des impacts sur l'environnement: processus, acteurs et pratique. Montréal: Presses Internationales Polytechnique; 1999. 416 p.
- Bensusan, Nurit & Ana Paula Prates. A diversidade cabe na unidade? Áreas protegidas do Brasil. Brasília: Mil Folhas; 2014. 735 p.
- Berkes, Fikret. Rethinking community-based conservation. *Conservation Biology*. 2004; 18(3):621-630.
- Brasil. Constituição Federal 1988. [Acesso em: 9 ago. 2017]. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sal/default.htm>.
- Brasil. Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o artigo 225, §1.º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e dá outras providências. 2000. [Acesso em: 9 ago. 2017]. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sbs_dap/_arquivos/snuc_lei_decreto.pdf.
- Canclini, Néstor García. El patrimonio cultura de México y la construcción imaginaria de lo nacional. In: Florescano, Enrique. El patrimonio nacional de México. Cidade do México: FCE / Conaculta; 1997. p. 57-86.
- Causans, Aigline. Environnement et paysage: les représentations sociales en réseau. *Revue Scientifique sur la Conception et l'Aménagement de l'Espace*. 2011; 4(1):1-18.
- Chiesura, Anna. The role of urban parks for the sustainable city. *Landscape and Urban Planning*. 2004; 68(1):129-138. doi: <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2003.08.003>.
- CNUD – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. [Acesso em: 12 jan. 2017]. Disponível em <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>.

Costa, Helena A.; Maria Augusta A. Bursztyn & Elimar P. do Nascimento. Participação social em processos de avaliação ambiental estratégica. *Sociedade e Estado*. 2009; 24(1):89-113. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922009000100005>.

Da Cunha, Antonio. *Urbanisme végétal et agriurbanisme: la ville entre artifice et nature*. Lausanne: Urbia; 2009. 20 p.

Delphim, Carlos Fernando de Moura. O patrimônio natural no Brasil. In: Funari, Pedro Paulo; Sandra de Cássia Araújo Pelegrini & Gilson Rambelli. *Patrimônio cultural e ambiental – questões legais e conceituais*. São Paulo: Annablume; 2009. p. 1-20.

Desrochers, Valérie. *Évaluation de la gouvernance des aires marines protégées: une démarche exploratoire appliquée au Parc marin du Saguenay-Saint-Laurent* [Tese de doutorado]. Rimouski: Université du Québec à Rimouski; 2013.

Desrochers, Valérie; Jocelyne Ferraris & Catherine Garnier. Étude des représentations sociales d'un site classé aménagé: application au site de l'Anse de Paulilles (France). *Vertigo – la revue électronique en sciences de l'environnement*. 2014; 14(1). doi: <http://dx.doi.org/10.4000/vertigo.14747>.

Dias, Maria Cristina Marques. O patrimônio na pauta do dia – a construção de representações sobre o caso do “Bar Tigre” e da “Casa Amarela” na imprensa escrita de Joinville. [Dissertação de Mestrado]. Joinville: Universidade da Região de Joinville; 2016.

Diegues, Antonio Carlos Sant'Ana. *O mito moderno da natureza intocada*. 6. ed. São Paulo: Hucitec / Nupau; 2008. 198 p.

Dourojeanni, Marc Jean & Maria Tereza Jorge Pádua. *Arcas à deriva: unidades de conservação do Brasil*. Rio de Janeiro: TB; 2013. 350 p.

Farias, Regina Leite de. As representações sociais do Parque Municipal da Boa Esperança em Ilhéus, Bahia, pela comunidade do seu entorno. [Dissertação de Mestrado]. Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz; 2007.

Fleury, Lorena Cândido & Jalcione Pereira Almeida. A conservação ambiental como critério de relações entre grupos e valores: representações e conflitos no entorno do Parque Nacional das Emas, Goiás. *Ambiente e Sociedade*. 2009; 12(2):357-372. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2009000200010>.

Foucault, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Vega / Passagens; 1992. 160 p.

França, João Aparecido Ortiz de. A pluriatividade na sustentabilidade socioambiental do Parque Laranjeira em Juína/MT. [Dissertação de Mestrado]. Lajeado: Centro Universitário Univates; 2016.

Gauthier, Mario & Louis Simard. Le Bureau d'audiences publiques sur l'environnement du Québec: genèse et développement d'un instrument voué à la participation publique. *Télescope*. 2011; 17(1):39-67.

Girelli, Franciele. Um olhar sobre o manguezal: as representações dos moradores do bairro Espinheiros numa perspectiva do patrimônio natural. [Dissertação de Mestrado]. Joinville: Universidade da Região de Joinville; 2016.

Godoy, Ana. O modelo da natureza e a natureza do modelo. *São Paulo Perspec*. 2000; 14(4):129-138. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392000000400015>.

Gomes, Marcos Antônio Silvestre. Os parques e a complexidade da produção do espaço urbano. *Anais. IV Seminário de Pesquisa do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional*. Rio de Janeiro, RJ. p. 1-13. 2010.

Haesbaert, Rogério. O território e a nova des-territorialização do Estado. In: Dias, Leila Christina & Maristela Ferrari. *Territorialidades humanas e redes sociais*. Florianópolis: Insular; 2011. p. 19-37.

Irving, Marta de Azevedo. Parcs nationaux au Brésil. *Revue d'Ethnoécologie*. 2012; 1(1). doi: <http://dx.doi.org/10.4000/ethnoecologie.820>.

IUCN – International Union for Conservation of Nature. Le monde protège désormais 15% de ses terres, mais des zones cruciales pour la biodiversité restent oubliées. 2016. [Acesso em: 4 out. 2017]. Disponível em: <https://www.iucn.org/node/26995>.

Joinville. Decreto n.º 11.734, de 11 de março de 2004a. Cria o Parque Natural Municipal da Caieira. Joinville; 2004. [Acesso em: 12 set. 2017]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/joinville/decreto/2004/1174/11734/decreto-n-11734-2004-cria-o-parque-natural-municipal-da-caieira>.

Joinville. Decreto n.º 11.760, de 18 de março de 2004b. Homologado o tombamento, como Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Arqueológico e Ambiental do Município de Joinville “Complexo Caieira”. Joinville, 2004. [Acesso em: 12 set. 2017]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/joinville/decreto/2004/1176/11760/decreto-n-11760-2004-homologa-o-tombamento-do-complexo-ambiental-e-arqueologico-da-caieira-2004-03-18-versao-original>.

- Joinville. Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville – Ippuj. Cidade em dados 2015. Joinville; 2015. [Acesso em: 12 set. 2017]. Disponível em: <https://ippuj.joinville.sc.gov.br/arquivo/lista/codigo/305-Joinville+Cidade+em+Dados.html>.
- Kellert, Stephen. Attitudes, knowledge, and behavior toward wildlife among the industrial superpowers: United States, Japan and Germany. *Journal of Social Issues*. 1993; (49)1:53-69. doi: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1540-4560.1993.tb00908.x>.
- Kellert, Stephen. Ordinary nature: the value of exploring and restoring nature in everyday life. *Anais. 4th Internacional Urban Wildlife Symposium*. Arizona. p. 9-19. 2004.
- Krassota, Anna Kelly. As representações sociais sobre o Parque Natural Municipal Caieira, a partir da comunidade do bairro Adhemar Garcia – Joinville (SC). [Dissertação de Mestrado]. Joinville: Universidade da Região de Joinville; 2017.
- Lefebvre, Henri. O direito à cidade. 4. ed. São Paulo: Centauro; 2006. 72 p.
- Levin, Jack & James Alan Fox. Estatística para ciências humanas. 11. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil; 2012. 458 p.
- Lo Monaco, Grégory & Florent Lheureux. Représentations sociales: théorie du noyau central et méthodes d'étude. *Revue Électronique de Psychologie Sociale*. 2007; (1):5-64.
- Long, Nathalie & Brice Tonini. Les espaces verts urbains: étude exploratoire des pratiques et du ressenti des usagers. *Vertigo – la revue électronique en sciences de l'environnement*. 2012; 12(2). doi: <http://dx.doi.org/10.4000/vertigo.12931>.
- Luchiari, Maria Tereza Duarte Paes. Turismo e patrimônio natural no uso do território. In: Luchiari, Maria Tereza Duarte Paes; Heloisa Turini Bruhns & Célia Serrano. Patrimônio, natureza e cultura. Campinas: Papirus; 2007. p. 25-45.
- MMA – Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Núcleo Mata Atlântica e Pampa. Mata atlântica: patrimônio nacional dos brasileiros. Brasília; 2010. [Acesso em: 15 nov. 2016]. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/985/1/Mata%20atl%C3%A2ntica%20patrimonio%20nacional%20dos%20brasileiros.pdf>.
- Pimentel, Douglas de Souza. Os “parques de papel” e o papel social dos parques. [Tese de Doutorado]. Piracicaba: Universidade de São Paulo; 2008.
- Prates, Camila Dellagnese. Impactos socioambientais da usina hidrelétrica Dona Francisca. [Dissertação de Mestrado]. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria; 2011.
- Primack, Richard. B. & Efraim Rodrigues. Biologia da conservação. Rio de Janeiro: Planta; 2001.
- Rocha, Leonardo G. M. Da; José Augusto Drummond & Roseli Senna Ganem. Parques nacionais brasileiros: problemas fundiários e alternativas para a sua resolução. *Revista de Sociologia Política*. 2010; 8(36):205-226. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200013>.
- Sá, Celso Pereira de. A construção do objeto de pesquisa em representações sociais. Rio de Janeiro: Eduerj; 1998. 110 p.
- Sanchez, Luis Enrique. Por que não avança a avaliação ambiental estratégica no Brasil? *Estudos Avançados*. 2017; 31(89):167-183. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890015>.
- Schiavetti, Alexandre; Teresa Cristina Magro & Michele Silva Santos. Implementação das unidades de conservação do corredor central da mata atlântica no estado da Bahia: desafios e limites. *Revista Árvore*. 2012; 36(4):611-623. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-67622012000400004>.
- Schoen, Chaiane & Maristela Povaluk. Parques urbanos: uma visão ambiental e social na microbacia do Rio Serrinha. *Saúde Meio Ambiente*. 2012; 1(2):16-25. doi: <http://dx.doi.org/10.24302/sma.v1i2.282>.
- Schwarz, Maria Luiza. As representações de crianças e adolescentes da biodiversidade de mata atlântica na região de Joinville (Santa Catarina – Brasil). [Tese de Doutorado]. Montreal: Université de Montréal; 2007.
- Silva, Fabiana Cunha. Parque Nacional do Jaú, unidade de conservação e patrimônio natural mundial na Amazônia brasileira: a articulação de instrumentos permite melhor proteção? [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2010.
- Silva, Mario Socorro Ferreira da & Rosemeri Melo e Souza. Territórios protegidos e arenas de conflito nas unidades de conservação de uso sustentável em Sergipe, Brasil. *Scripta Nova – Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais*. 2013; 17(445).

Vieira, Vinícius. A gestão pública municipal no desenvolvimento do turismo nas áreas legalmente protegidas de Joinville (SC). [Dissertação de Mestrado]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; 2010.

Xavier, Roseane. Social representation and ideology: interchangeable concepts? Revista Psicologia Social. 2002; 4(2):8-47. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822002000200003>.

Zanirato, Silvia Helena. Os usos sociais do patrimônio cultural e natural. Patrimônio e Memória. 2009; 5(1):137-152. [Acesso em: 5 abr 2017]. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/145/521>.